



Relatório de Atividades

Comissão Nacional do Território

2021

Índice

Enquadramento	3
Reuniões da CNT	4
Balanço das reuniões	8
Reuniões e atividades dos grupos de trabalho	12
Grupo de Trabalho para a Reserva Ecológica Nacional	12
Grupo de Trabalho para os Instrumentos de Gestão Territorial	13

Enquadramento

A Comissão Nacional do Território (CNT), criada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com a atribuição de coordenar a execução da política nacional do ordenamento do território, reúne ordinariamente de dois em dois meses, nas instalações da Direção-Geral do Território (DGT), desde setembro de 2015.

O órgão integra como membros permanentes a DGT, que preside, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo (LVT), Alentejo e Algarve, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNF), a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) e, ainda, em representação de interesses a salvaguardar, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e o Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (LNEG). Como convidado, tem estado presente nas reuniões da CNT um representante da tutela.

A Comissão tem como principais atividades analisar, debater e tomar posição sobre assuntos e temas relacionados com a condução e aplicação da política pública de ordenamento do território e de urbanismo e com a sua articulação com políticas setoriais com expressão territorial relevante, consensualizar e harmonizar entendimentos e interpretações entre as várias entidades, elaborar recomendações e pareceres e promover boas práticas.

Para dar seguimento às suas atividades, a CNT conta com o apoio de um secretariado técnico, composto por técnicos da DGT, a quem compete preparar o trabalho das reuniões e apoiar a tomada de decisão e conta, também, com o suporte de grupos de trabalho temáticos, compostos por quadros técnicos das respetivas entidades representadas na Comissão.

Em 2021 estiveram em funções dois grupos de trabalho: o Grupo de Trabalho para a Reserva Ecológica Nacional (GT REN) e o Grupo de Trabalho para os Instrumentos de Gestão Territorial (GT IGT).

No decurso do ano de 2021 foram solicitadas à CNT análises, pronúncias e esclarecimento de dúvidas oriundas dos membros da Comissão e do Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Conservação da Natureza, Floresta e Ordenamento do Território (SECNFOT). O trabalho da CNT centrou-se também no acompanhamento da evolução da dinâmica dos PDM, tendo em conta os novos prazos decorrentes da alteração do Regime Jurídico dos IGT (RJIGT) em matéria de adoção dos novos conceitos de classificação e qualificação do solo e da integração das normas dos Planos e Programas Especiais nos Planos Diretores Municipais (PDM). A maioria dos assuntos remetidos pelos membros e pela tutela tiveram seguimento no âmbito das reuniões da Comissão, tendo sido ainda discutidas e apreciadas matérias por iniciativa da própria CNT.

Reuniões da CNT

Em 2021 houve lugar a cinco reuniões da Comissão, quatro Reuniões Ordinárias (RO) e uma Reunião Extraordinária (RE), de acordo com o quadro n.º 1.

Quadro n.º 1 – Reuniões da CNT ocorridas em 2021

N.º da Reunião	Data
27ª RO	25.03.2021
28ª RO	17.06.2021
7ª RE	28.09.2021
29ª RO	29.10.2021
30ª RO	15.12.2021

Os assuntos incluídos nas agendas das reuniões e respetivos resultados são especificados no quadro n.º 2.

Quadro n.º 2 – Ordem do Dia e resultados das reuniões da CNT com decisão do órgão ocorridas em 2021

N.º da Reunião	Ordem do Dia	Conteúdos/Resultados
27ª RO (25.03.2021)	1. Informações	Fornecida informação sobre a Iniciativa Nacional Cidades Circulares, os trabalhos em curso no âmbito da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia e o procedimento de consulta pública da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva.
	2. Aprovação da ata da 26.ª Reunião Ordinária	Deliberada a aprovação da ata da 26ª RO.
	3. Balanço dos trabalhos e das reuniões da CNT relativas ao ano de 2020– Relatório de atividades	Deliberada a aprovação do Relatório de atividades da CNT de 2020.

N.º da Reunião	Ordem do Dia	Conteúdos/Resultados
	4. Pedido de parecer da CCDR LVT - Suspensão pelo PROT OVT - Retificação das áreas de empreendimentos turísticos fora das áreas urbanas e urbanizáveis previstas no POACB	Identificada a necessidade de ser preparada uma recomendação sobre correções materiais aos IGT.
	5. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial	Acordado o seguimento dos trabalhos de monitorização da dinâmica dos PDM com vista ao cumprimento dos novos prazos previstos no RJIGT em matéria de adoção dos novos conceitos de classificação e qualificação do solo.
	6. Normas Técnicas: Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos PDM e Produção de Cartas de Delimitação da REN - Regime Transitório	Discussão sobre os termos do Aviso de publicação da norma técnica relativa ao PDM e publicitação da norma técnica relativa à REN. Deliberada a obrigatoriedade de aplicação da Norma Técnica sobre a Produção de Cartas de Delimitação da REN e identificadas as situações que ficam excecionadas dessa obrigatoriedade.
	7. Informação para os Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT).	Fornecida informação sobre os conteúdos da DGT disponíveis para apoio à elaboração dos PROT e enviada lista com links para acesso aos mesmos.
	8. Programa de Transformação da Paisagem (PTP).	Fornecida informação sobre o PTP e respetivas medidas programáticas. Identificada a necessidade da CNT refletir sobre o ordenamento do território no solo rural/abordagem dos PDM ao solo rústico.
28ª RO (17.06.2021)	1. Informações	Fornecida informação sobre o Grupo de Trabalho Novo Bauhaus Europeu.
	2. Aprovação da ata da 27.ª Reunião Ordinária	Deliberada a aprovação da ata da 27ª RO.
	3. Ponto de situação e discussão sobre a dinâmica dos PDM para cumprimento dos artigos 198º e 199º do RJIGT	Identificada a necessidade de harmonização dos critérios para avaliação da probabilidade de cumprimento dos prazos previstos no RJIGT.
	4. Reserva Ecológica Nacional	Emitido um entendimento da CNT quanto à aplicação da metodologia para delimitação das Áreas de Instabilidade de Vertentes (resposta a questão levantada pela CCDR Norte). Aprovada na generalidade a proposta de alteração à Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro.

N.º da Reunião	Ordem do Dia	Conteúdos/Resultados
	5. Correções materiais dos planos e programas territoriais	Discussão sobre a solução para agilização das correções materiais aos planos territoriais.
	6. Programa de Transformação da Paisagem (novos PRGP e AIGP)	Fornecida informação sobre os trabalhos em curso no âmbito dos PRGP e AIGP
	7. SNIT – partilha e disponibilização de informação	Identificada a necessidade de partilha de informação relativa à REN em formato vetorial para disponibilização no SNIT.
	8. Relatório de Estado do Ordenamento do Território e Observatório do Ordenamento do Território	Apresentado o ponto de situação dos trabalhos em curso e perspectivas de desenvolvimento do REOT.
7ª RE (28.09.2021)	1. Aprovação da ata da 28.ª Reunião Ordinária da CNT	Deliberada a aprovação da ata da 28ª RO.
	2. Programa de Transformação da Paisagem	Contextualização e enquadramento do PTP no âmbito do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e relação com o Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais; apresentação das medidas programáticas do PTP e trabalhos em curso na DGT e identificação da necessidade de envolvimento das entidades da CNT e do Fórum Intersectorial do PNPT (Comissão temática Agricultura, Ambiente e Florestas) na implementação do PTP.
29ª RO (29.10.2021)	1. Informações	Fornecida informação sobre os eventos a organizar pela DGT no 4.º trimestre de 2021 e sobre a realização do Fórum Europeu para Redução do Risco de Catástrofes. Resumo sobre os contributos recebidos por parte de membros da CNT, à proposta de Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro aprovada na generalidade na 28.ª RO.
	2. Aprovação da ata da 7.ª Reunião Extraordinária	Assunto transitado para a reunião seguinte.
	3. Correções materiais de Planos Territoriais	Emitida deliberação de propor à tutela uma proposta de agilização das correções materiais dos planos territoriais.
	4. Aplicação do regime transitório do RJREN aos procedimentos em curso	Emitido entendimento da CNT quanto à aplicação do regime transitório do RJREN.

N.º da Reunião	Ordem do Dia	Conteúdos/Resultados
	5. Cartografia de base a utilizar na delimitação da REN	Discussão de uma proposta da DGT sobre a Cartografia de base a utilizar nas delimitações de REN que ocorrem no âmbito de procedimentos autónomos.
	6. Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) (novo ponto da Ordem do Dia)	Fornecida informação sobre a nova abordagem de gestão do <i>Back Office</i> da PCGT e acordada uma programação de trabalhos com vista à introdução de melhorias na plataforma.
	7. Ponto de situação e discussão sobre a dinâmica dos PDM para cumprimento dos artigos 198º e 199º do RJIGT	Ponto de situação sobre a dinâmica dos PDM, tendo sido identificada a necessidade de acompanhamento de situações específicas.
30ª RO (15-12-2021)	1. Informações	Ponto de situação sobre a alteração à Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, a qual já se encontra em circuito legislativo e sobre a proposta para agilização dos procedimentos para correções materiais de planos e programas.
	2. Aprovação da ata da 7.ª Reunião Extraordinária e da 29.ª Reunião Ordinária	Deliberada a aprovação das atas da 7ª RE e 29ª RO.
	3. Cartografia de Base a Utilizar na Delimitação da REN	Emitida deliberação da CNT quanto à cartografia de base a utilizar na delimitação da REN.
	4. Delimitação das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas - Áreas Estratégicas de Infiltração e de Proteção e Recarga de Aquíferos (AEIPRA)	Emitida deliberação da CNT para identificação, no âmbito do GT REN, de diretrizes e abordagens para delimitação das cabeceiras das bacias hidrográficas ao nível municipal (informação de base para delimitação das AEIPRA).
	5. Usos Agrícolas em Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS)	Assunto sem enquadramento nas atribuições da CNT.
	6. Caducidade dos Procedimentos no RJIGT	Apresentado o entendimento sobre a caducidade dos procedimentos no âmbito do RJIGT, com destaque para a criação da Comissão Consultiva, tendo-se acordado o encaminhamento do assunto para a 31.ª RO.
	7. Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT)	Ponto de situação sobre os trabalhos em curso na PCGT para implementação das melhorias acordadas.
	8. Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)	Deliberada a criação de um Grupo de Trabalho que contribua para a elaboração do Relatório de Estado das AUGI – GT AUGI.

N.º da Reunião	Ordem do Dia	Conteúdos/Resultados
	9. Articulação do Sistema de Gestão Territorial (SGT) com o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)	Emitida deliberação da CNT para que, no âmbito do GT IGT, sejam identificados soluções e entendimentos que assegurem a articulação entre o SGT e o SGIFR.

Balanço das reuniões

Das reuniões realizadas em 2021, a CNT aprovou o Relatório de atividades da CNT 2020 e emitiu várias deliberações que deram resposta a pedidos efetuados à Comissão ou a questões e constrangimentos identificados no decurso das reuniões. Destacam-se nas suas atividades as seguintes realizações:

- Relatório de atividades da CNT 2020
https://cnt.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/Relatorio_Atividades_CNT_2020_site.pdf;
- Recomendação da CNT para agilização das correções materiais de planos e programas territoriais;
- Norma Técnica sobre a Produção e Reprodução das Cartas de delimitação da REN;
- Entendimento da CNT quanto à aplicação da metodologia para delimitação das Áreas de Instabilidade de Vertentes;
- Entendimento da CNT quanto à aplicação do regime transitório do Aviso n.º 9282/2021, de 17 de maio aos procedimentos de REN em curso;
- Deliberação da CNT quanto à Cartografia de Base a Utilizar na Delimitação da REN;

No domínio ordenamento do território, para além das realizações supra referidas, a CNT teve ainda as seguintes iniciativas: monitorizou a dinâmica dos PDM no que respeita ao cumprimento dos novos prazos fixados no RJIGT para adoção dos novos conceitos de classificação e qualificação do solo e para incorporação das normas dos Planos e Programas Especiais nos PDM; discutiu e propôs melhorias na estrutura da PCGT. Foram igualmente apresentados e discutidos na CNT os desenvolvimentos relativos ao PTP, ao REOT e aos PROT, tendo sido identificada a necessidade e relevância de partilha entre entidades de informação de apoio à implementação destes instrumentos. No fecho do ano a CNT identificou como relevante e prioritário a necessidade de assegurar a articulação entre o SGT e o SGIFR. Foi ainda criado um novo grupo de trabalho, o GT AUGI, que visa contribuir para a elaboração do Relatório de Estado das AUGI.

No domínio da REN, destaca-se em 2021 a conclusão da proposta de alteração à Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, o entendimento da CNT sobre a aplicação da metodologia para delimitação das Áreas de Instabilidade de Vertentes, o entendimento da CNT quanto à aplicação do regime transitório do RJREN aos procedimentos em curso; a posição da CNT quanto à obrigatoriedade de adoção das Normas Técnicas relativas à Produção e Reprodução de Cartas de REN e por último a posição da CNT quanto à Cartografia de Base a Utilizar na Delimitação da REN. Foi ainda identificada a necessidade de ser recolhida informação sobre a REN em formato vetorial para disponibilização no SNIT e na última reunião da CNT, foi identificada a necessidade de serem estabelecidas, ao nível municipal, diretrizes e abordagens para delimitação das cabeceiras das bacias hidrográficas, trabalho que deverá ser efetuado pelo GT REN no decurso de 2022. As figuras 1 e 2 sintetizam e ilustram as principais matérias abordadas nas reuniões ocorridas ao longo de 2021.

ASSUNTOS COM ACOMPANHAMENTO PELA CNT	27.ºRO	28.ºRO	7.ºRE	29.ºRO	30.ºRO
REN - Cartografia e Normas e especificações técnicas	X			X	X
REN – Tipologias (AIV e AEIPRA)		X			X
REN - Aplicação e regulamentação do regime				X	
RJIGT- Dinâmica dos PDM	X	X		X	
RJIGT - Aplicação e Regulamentação	X	X	X		X
Plataformas e Sistemas de Informação (PCGT e SNIT)		X		X	X
Programa de Transformação da Paisagem	X	X	X		
Relatório do Estado do Ordenamento do Território		X			
Áreas Urbanas de Génese Ilegal					X
Programas Regionais de Ordenamento do Território	X				
Articulação entre regimes setoriais (SGT e SGIFR)					X

Fig.1 - Matérias abordadas nas reuniões da CNT de 2021

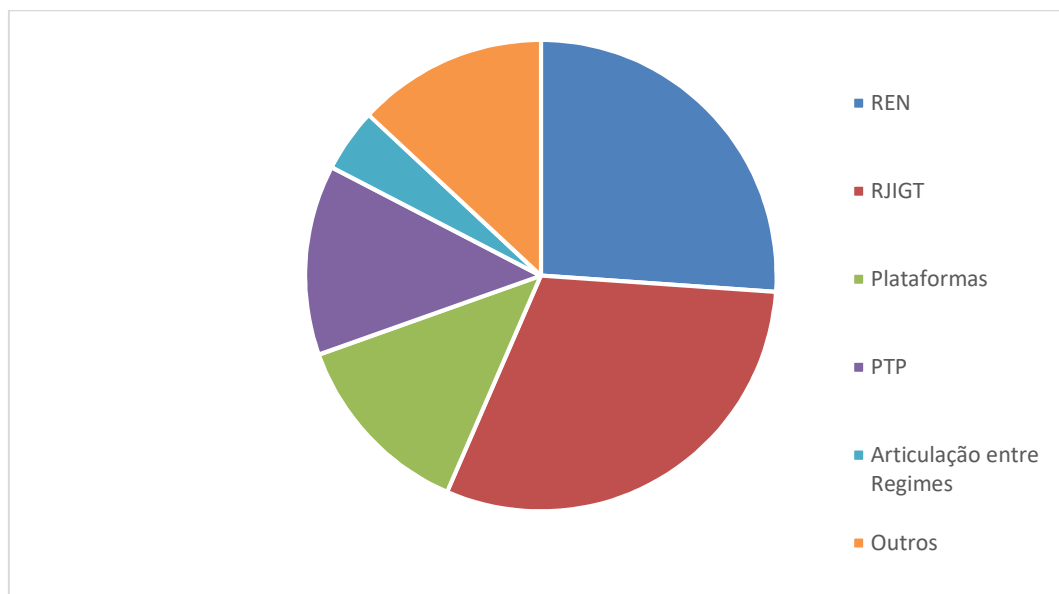


Fig.2 - Representatividade das matérias abordadas nas reuniões da CNT de 2021

A aplicação e regulamentação do RJIGT e matérias relacionadas com o regime da REN foram os assuntos mais discutidos no decurso das reuniões da CNT, à semelhança do que aconteceu no ano transato.

Das matérias objeto de discussão carecem de continuidade e/ou foram identificados como temas a endereçar e a acompanhar em 2022 os seguintes:

- Monitorização da dinâmica dos PDM no que respeita à incorporação dos novos conceitos de classificação e qualificação do solo e integração das normas dos Planos e Programas Especiais nos PDM;
- Acompanhamento do Programa de Transformação da Paisagem;
- Acompanhamento do Relatório do Estado do Ordenamento do Território;
- Acompanhamento dos Programas Regionais de Ordenamento do Território;
- Apoio ao desenvolvimento e melhoria da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial;
- No âmbito do GT-REN, Identificar diretrizes e abordagens para a delimitação, ao nível municipal, das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas integradas nas Áreas Estratégicas de Infiltração e de Proteção e Recarga de Aquíferos;

- Promover a articulação, no âmbito do GT-IGT, entre o Sistema de Gestão Territorial e o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- Recolher informação e preparar o Relatório de Estado das AUGI, no âmbito do GT-AUGI;

O envolvimento dos membros permanentes da CNT nas reuniões foi o constante das figuras 3 e 4.

REUNIÕES	27ªRO 25 Mar	28ªRO 17 Jun	7ªRE 28 Set	29ªRO 26 Out	30ªRO 15 Dez
Presenças Membros Permanentes	DGT APA CCDR Algarve CCDR Alentejo CCDR Centro CCDR Norte	DGT CCDR Algarve CCDR Alentejo CCDR LVT CCDR Norte CPADA	DGT CCDR Algarve CCDR LVT CCDR Norte CPADA	DGT CCDR Algarve CCDR LVT CCDR Centro CCDR Norte CPADA	DGT CCDR Algarve CCDR LVT CCDR Centro CCDR Norte CPADA
Presenças Membros Não Permanentes	ANEPC	ANEPC	ANEPC *AGIF *DGADR *GPP *RAM *RAA *TdP	ANEPC	ANEPC
Ausências Membros Permanentes	ICNF ANMP CCDR LVT CPADA	APA ICNF ANMP CCDR Centro	APA ICNF ANMP CCDR Alentejo CCDR Centro	APA ICNF ANMP CCDR Alentejo	APA ICNF ANMP CCDR Alentejo

*Entidades que integram a Comissão Temática Agricultura, Ambiente e Floresta do Fórum Intersectorial do PNPOT

Fig.3 – Presenças nas reuniões da CNT de 2021

Estiveram presentes em todas as reuniões os membros representantes da DGT e das CCDR Algarve e Norte, bem como o membro representante da ANEPC.

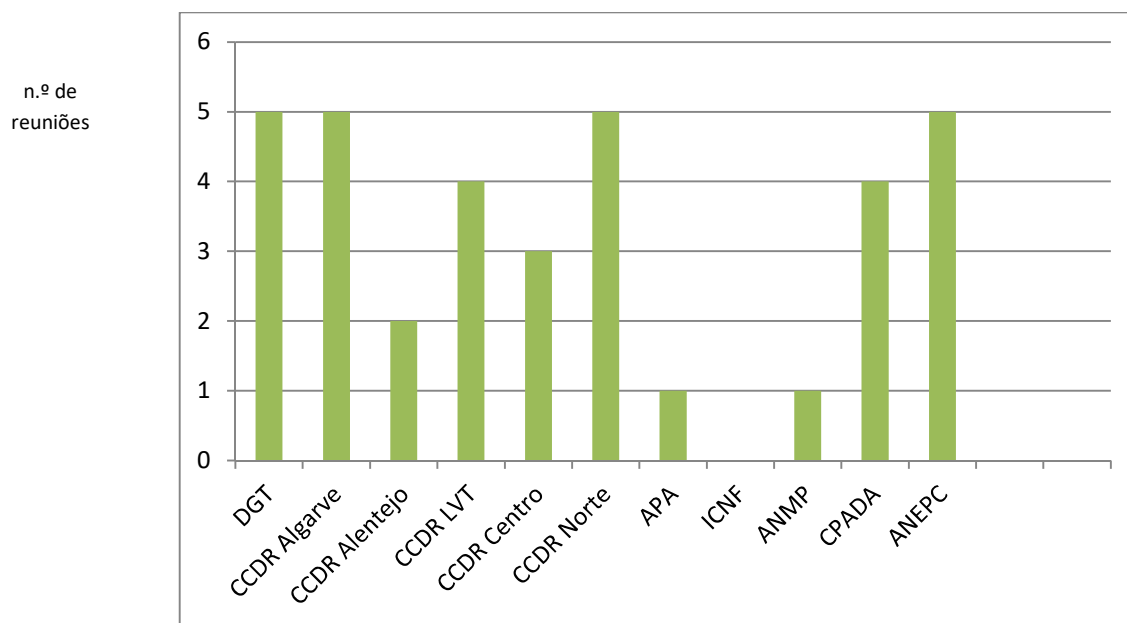


Fig.4 – Representatividade das entidades nas reuniões da CNT de 2021

Reuniões e atividades dos grupos de trabalho

Para apoio aos trabalhos da CNT foram realizadas duas reuniões do GT REN e cinco reuniões do GT IGT.

Quadro n.º 3 – Reuniões dos Grupos de Trabalho

Reuniões do GT REN	Data
27.ª Reunião	11.05.2021
28.ª Reunião	24.05.2021
Reuniões do GT IGT	Data
13.ª Reunião	06.08.2021
14.ª Reunião	13.10.2021
15.ª Reunião	04.11.2021
16.ª Reunião	25.11.2021
17.ª Reunião	14.12.2021

Grupo de Trabalho para a Reserva Ecológica Nacional

O GT REN foi criado em 16 de fevereiro de 2016, por deliberação da CNT, com o objetivo de avaliar a aplicação dos critérios de delimitação da REN, promover a elaboração de documentos de apoio, propor a harmonização de processos e elaborar o modelo de dados da REN.

O grupo integra na sua composição representantes das seguintes entidades: APA, I.P ANMP; ANEPC; CCDR LVT; CCDR Alentejo; CCDR Algarve; CCDR Centro; CCDR Norte; DGADR; DGT; ICNF, I.P e LNEG, I.P.

No decurso de 2021 o GT REN reuniu duas vezes, tendo o seu trabalho incidido sobre os seguintes assuntos:

- Consolidação e conclusão da proposta de alteração à Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, atendendo a que no âmbito do circuito legislativo foram recebidos contributos por parte do Ministério do Mar e do Ministério da Economia e da Transição Digital, que importou analisar. Dessa atividade resultou a proposta final de alteração ao referido diploma, a qual foi remetida à tutela no seguimento da 29.ª RO;
- Análise de uma questão colocada pela CCDR Norte sobre os procedimentos para delimitação das AIV, a qual foi encaminhada à CNT pelo gabinete do Sr. SECNFOT. Dessa atividade do GT REN resultou uma proposta de entendimento quanto à aplicação da metodologia para delimitação das AIV, o qual foi aprovado pela CNT na sua 28.ª Reunião Ordinária que teve lugar dia 17 de junho;
- Disponibilização de informação relativa à REN (matricial e vetorial) para envio à DGT, trabalho que se encontra em curso e através do qual se pretende montar um mosaico, com toda a informação relativa às REN municipais.

O GT REN concluiu os objetivos previstos para as atividades de 2021. Para 2022 está previsto o arranque de novos trabalhos, designadamente ao nível da tipologia *Áreas Estratégicas de Infiltração e de Proteção e Recarga de Aquíferos*, pretendendo-se discutir e encontrar soluções que possam apoiar a sua delimitação à escala municipal, tendo em conta as especificidades regionais. Prevê-se igualmente dar continuidade à recolha e tratamento da informação que exista sobre a REN em formato vetorial.

Grupo de Trabalho para os Instrumentos de Gestão Territorial

O GT IGT foi criado a 18 de julho de 2017, por deliberação da CNT, tendo por missão analisar questões relevantes para a otimização de procedimentos de articulação entre entidades e para a dinâmica dos IGT.

O GT IGT integra na sua composição representantes das seguintes entidades: APA, I.P., ANMP; CCDR Norte; CCDR Centro; CCDR Lisboa e Vale do Tejo; CCDR Alentejo; CCDR Algarve; DGT e ICNF, I.P.

No ano de 2021 o GT IGT reuniu cinco vezes, para discutir assuntos relativos à PCGT, fundamentalmente sobre a gestão do *back-office*, tendo-se optado por manter a centralização do mesmo por questões de eficácia e garantia da qualidade do funcionamento da plataforma, aumentando, todavia as permissões aos gestores de processo. Nas reuniões foram ainda identificadas e priorizadas melhorias a efetuar na PCGT.